

Curto prazo dá fôlego a bancos

As linhas de curto prazo — os chamados projetos 3 e 4 — são formados pelos créditos comerciais e pelo interbancário num total de US\$ 15 bilhões. Através dessas linhas — renovadas continuamente em período que varia de 30 a 180 dias — o governo brasileiro consegue financiar seu comércio exterior e manter com liquidez as agências dos bancos brasileiros no exterior, inclusive o maior deles, o Banco do Brasil.

Quando o Brasil entrou em moratória foram suspensos apenas os juros da dívida de médio e longo prazos com os bancos privados. A decisão de manter em dia o pagamento dos juros do curto prazo foi tomada pelo governo por saber que essa é a medida mais drástica que se pode tomar, na hipótese de um confronto radical com os credores.

Alguns analistas acreditaram, antes da moratória, que a suspensão do pagamento pelo Brasil deflagraria uma interrupção automática dos projetos 3 e 4. Se os bancos tivessem feito isto, o comércio exterior brasileiro seria imediatamente paralisado e os bancos brasileiros no exterior concretamente deixariam de operar.

Mas a reação dos bancos credores foi outra. Eles preferiram encurtar o prazo das linhas de financiamento e aumentar a taxa de risco (*spread*) cobrada. O curto prazo foi mantido porque se tornou um atraente negócio para os bancos. O colapso do comércio exterior brasileiro e dos bancos no exterior foi evitado e substituído, segundo a versão de uma fonte do governo, por uma lenta asfixia.

A hipótese de suspender os juros do curto prazo é tão absurda quanto a de fazer isto em função da desclassificação dos créditos brasileiros. Seria uma reação totalmente desproporcional à ação.